

# DEMOCRACIA

... "Mas os mesmos motivos, a mesma lógica, que me levaram à política ativa quando estudante, poderão arrastar-me novamente a ela, desde que os meus esforços possam ser úteis ou convenientes."

--Diz RAUL PILLA



## ENTREVISTA CONCEDIDA A JUSTINO MARTINS

que ficou na nossa memória. Logo tivemos que nos preocupar com as espinhas do rosto e com a primeira forma de totalitarismo que nossos olhos viam. Um livreiro tornou-se o representante e propagador do integralismo na nossa cidadezinha. Se lhe pedíamos o último livro de Gorki, ele nos acenava com um de Gustavo Barroso. Alguns dos nossos melhores amigos de dezesseis anos foram recrutados por ele para formarem a "juventude" do original partido pliniano. Outros dos nossos amigos ficaram de fora e franziam os narizes para as camisas verdes e as gravatas pretas. A luta começava. Já não se viam lenços vermelhos ou de qualquer outra cor nos pescocões. Eram camisas, camisas e mais camisas... Declaramos guerra ao livreiro e ao integralismo. Cometemos baixezas para poder combatê-los. E a luta durou anos de absorção, anos durante os quais a democracia ia caindo no letargo, ia sofrendo metamorfoses, ia desaparecendo de nossas cabeças. Por fim, já de bigodes cerrados, vimos o integralismo cair de podre. Mas o tempo, em verdade, havia passado.

"Quando nos demos conta de nós. Doutor Pilla, pertencíamos a uma geração da nossa política que ficara entre duas épocas, que não conhecera o título de eleitor. Não era nem liberal-democrata, nem totalitária: quase um fruto do Estado Nacional.

"Porisso, não estranhe a nossa ignorância das coisas da velha democracia do seu tempo. Esquecemos a função dos títulos e dos partidos. Só nos ficaram os nomes dos líderes, como símbolos de uma época em que as confusões parecem ter sido gerais. Os nomes e um tralhar de cenas onde vemos maragatos e republicanos se degladiando; campanhas eleitorais movimentando as ruas de nossa cidadezinha; um tio perdendo o emprego público por ter votado errado; discursos do Dr. Maurício Cardoso alertando o povo a que se precavesse "contra o tacão da bola opressora"; um amigo chegando em casa baleado no peito porque não admitira que alguém dissesse mal do doutor Borges; e, por último, uma chusma de primos embarcando na de 32, para a segunda contra os nossos irmãos pauslistas. Dizem que morreu muita gente...

"Não estranhe, Doutor Pilla, pois, se as perguntas que lhe fazemos hoje possam chocá-lo de qualquer modo. Sabemos que elas são deslocadas e talvez ingênuas. Mas também sabemos que o senhor foi um dos grandes teóricos da democracia entre nós. Um dos muitos doutrinadores que previram o atual letargo da democracia liberal. Informamo-nos de sua vida e do papel que o senhor representou no passado político do Brasil. Talvez represente, ainda, uma forte corrente de pensamento nesta parte do País. Suas declarações, possivelmente, poderão estar sendo esperadas nesta hora de incertezas para o futuro. E, quanto mais não seja, o senhor tem sido um idealista com funções de líder. Já nos tempos de estudante, quando tirava seu diploma de médico, lutava defendendo as idéias do partido federalista, fundado por Gaspar Silveira Martins. Depois, como jornalista, escreveu seus artigos de crítica ao governo do doutor Borges. Foi redator do "Correio do Po-

vo", de onde saiu com Leonardo Truda, com quem fundou mais tarde, o "Diário de Notícias", de Porto Alegre. Foi presidente do Diretório Central do Partido Libertador; fundador e diretor do vespertino "O Estado do Rio Grande", órgão do Partido Libertador; foi eleito Deputado Estadual pelo seu partido; foi Secretário da Agricultura, por nove meses, durante o "modus-vivendi" que a Frente Única (a 2.ª) estabeleceu com o então governador do Estado, Flores da Cunha; e quando abandonou esta pasta, voltou à sua cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, da qual foi presidente até aquela ruidosa manhã de 10 de novembro de 1937.

"Porisso, doutor Pilla, queremos que o senhor fale."

NA REALIDADE, nenhuma destas frases foi proferida pelo repórter. O ilustre político brasileiro recebeu-nos numa sala como havíamos imaginado. Havia lá, em verdade, um retrato de Churchill, de cartola e de charuto. Não havia crânios, nem esqueletos humanos. Mas o ambiente era de infatigável trabalho intelectual, com tiras de papel manuscritas (o doutor Pilla só usa a máquina para copiar) e livros de medicina abertos sobre a mesa. Nas estantes, muitos volumes técnicos encadernados, pouquíssima literatura e todos os números aparecidos em português da famosa "Seleções do Reader's Digest", cuja possível orientação fascista o Doutor Pilla nos disse ignorar. Ali naquela sala, ele escreve, duas ou três vezes por semana, a sua célebre coluna intitulada "Microscópio", para o "Correio do Povo", a qual foi reiniciada no ano passado, após as declarações do atual Secretário do Interior do Rio Grande a respeito da liberdade de imprensa neste Estado.

De início, o doutor Pilla nos fala sobre a debatida questão da Reforma do Ensino no Brasil. Disse ele:

— Se quer saber a minha opinião a respeito da reforma que se está elaborando, digo-lhe que não a tenho, nem os professores que estiveram há pouco no Rio sabem, exatamente, em que consistirá a nova organização do ensino. Mas, se deseja saber o que penso, em termos gerais, do nosso ensino e quais as providências que está exigindo, dir-lhe-ei: 1.º Baldar-se-ão todas as reformas do ensino superior enquanto o ensino secundário for o que todos nós sabemos: por mais esforçados e competentes que sejam os professores universitários, pouco poderão conseguir, se os estudantes não conseguirem uma boa cultura fundamental. Ninguém pode semear proveitosamente num terreno que não esteja devidamente preparado. 2.º A necessidade essencial do nosso ensino não diz respeito tanto à leis e sistemas, como aos costumes. Já o disse uma vez, não, precisamos tanto de reformas como de uma verdadeira reformação. Dela precisam os estudantes, cujo objetivo dominante não é aprender, mas tirar exames e obter finalmente um diploma; dela precisam os professores, que em geral consideram o seu cargo como simples meio

de vida que deve empregar-se com o mínimo esforço possível: dela precisamos, mais do que todos, as autoridades do ensino, viçadas como estão em inutilizar as melhores disposições da lei para atender a interesses pessoais. Sem esta reformação geral, todas as reformas do ensino — boas ou más — estão fadadas à falência.

— Mas — indagamos nós — como obter essa reformação?

— Não é fácil, dados os inveterados vícios de que padecemos. E' uma das tantas coisas que não se obtêm mediante decretos. Trata-se, antes de mais nada, de uma revolução moral. O centro de gravidade do sistema educativo são os professores. Dêles, pois, poderia e deveria partir o impulso regenerador, se, além de suas naturais deficiências, numerosos obstáculos de interferências oriundas de outras esferas, não lhes esterilizasse os esforços. Dos estudantes, situados na base da pirâmide, educandos e não educadores, muito menos ainda se poderia exigir. Das altas autoridades do ensino, portanto, é que deveria partir a iniciativa, a elas caberia criar o ambiente adequado, suscitar e polarizar as suas energias. Por sua importância vital quanto aos destinos da nacionalidade, deveria constituir o ensino um território à parte, administrado com métodos diferentes dos habituais em outros departamentos. Enquanto não houver quem obtenha o fermento dessa transformação moral, será sempre o nosso ensino uma coisa lastimável. O que falta, sobretudo, no ensino, como em tantas outras manifestações da vida nacional, é idealismo, idealismo de sentimentos e não de palavras.

— Se a reforma ainda não está suficientemente conhecida para autorizar o julgamento crítico — acudimos nós — algumas das suas diretrizes já se sabem cá fora. Que nos poderá dizer, por exemplo, sobre a frequência obrigatória que tamanha celeuma está levantando?

— Pessoalmente, como professor, sou pela frequência livre. Tem ela a vantagem de desobstruir as aulas dos alunos que não querem ou não podem seguir-as atentamente. E tem ainda outra vantagem — esta para os alunos somente — a de os libertar da obrigação de ouvir os maus professores, que os há também, por incapacidade ou simples desídia.

"Mas, evidentemente, não se podem encarar as coisas por prismas tão pessoais, nem se deve argumentar com exceções. Em princípio, as aulas devem ser úteis e uma das funções dos estudantes é justamente acompanhá-las, afim de receberem a conveniente orientação e serem auxiliados na solução das dificuldades. Ou isto está certo, ou, a consequência lógica seria reduzir a organização universitária a simples comissões examinadoras.

"Argumenta-se, porém, com os estudantes que trabalham para se sustentar. E' uma triste contingência. Mas creio em que nos Estados Unidos, onde é grande o número de tais estudantes, as suas ocupações são de tal maneira escolhidas, que não colidem com os trabalhos escolares. Demais, só existe uma maneira de resolver verdadeiramente esta questão: subvenções e bolsas de estudo. A função do estudante é estudar, e, por muito que estude, nunca estudará bastante. Co-